Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Loteamento City Fazenda Acaraú", de responsabilidade da Companhia Fazenda Acaraú, realizada no dia 18 de abril de 2013 na cidade de Bertioga - SP.

Realizou-se, no dia 18 de abril de 2013, às 17 horas, 27 Praia Hotel, Rua Tomé de Souza, 825, Centro, Bertioga/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento Loteamento City Fazenda Acaraú, de responsabilidade da Companhia Fazenda Acaraú (Processo 1632/2008). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo Adjunto do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Du Zuppani, Secretário de Turismo, Esporte e Cultura do Município de Bertioga; Marisa Roitman, Secretária de Meio Ambiente de Bertioga; José Marcelo Ferreira Marques, Secretário de Planejamento Urbano e de Habitação e Obras do Município de Bertioga –; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Ivan de Carvalho, Alecrim, José Feliciano, Márcio Alvim, Valéria Bento, Pacífico Júnior e Henrique Cappelini, Vereadores do Município de Bertioga –; dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Tenente Hoffmann, vinculado à Polícia Militar Ambiental–Comando do Coronel Numura; Carlos Sérgio, Gestor do Parque Estadual da Restinga de Bertioga e vinculado à Fundação Florestal; Márcio Alvim, representante da FUNAI no Município de Bertioga; das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Carlos Matheus, Presidente do Diretório do Partido Social Democrático Brasileiro–PSDB –; das entidades ambientalistas e, enfim, a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Loteamento City Fazenda Acaraú", de responsabilidade da Companhia Fazenda Acaraú (Processo 1632/2008). O Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente–CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que opinem, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para sua melhoria. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, pois sua função é somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais sobre ela elaborados. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, acrescentou, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAs que se inscreverem, com direito também a cinco

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, uma representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, a geógrafa Viviane Kondratiuk, Gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Urbanísticos da CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ele, Secretário-Executivo, e por dois membros do CONSEMA eleitos entre os que compareceram, e que, até o presente momento, nenhum havia comparecido. A geógrafa Viviane Kondratiuk declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo do empreendimento que era objeto da audiência. Comentou que o mesmo se encontrava na primeira fase do licenciamento, que culminava com a elaboração de parecer conclusivo indicando ou negando a viabilidade ambiental do empreendimento. Informou ainda que, após a discussão do empreendimento nessa audiência, a equipe multidisciplinar da CETESB avaliará os estudos que constituem o EIA/RIMA, realizará vistoria técnica na área, e que cada membro da equipe – sociólogo, geólogo, biólogo e geógrafo – avaliará como esse empreendimento, a partir da perspectiva de sua especialidade, se inclui no meio ambiente. Após a audiência – acrescentou – poderá ocorrer ainda eventual manifestação da população, ao mesmo tempo que é dada continuação à análise dos estudos que fazem parte desse processo, com vistas a examinar se as condições e características do empreendimento são compatíveis com a área na qual se pretende implantá-lo e, consequentemente, se ele é ambientalmente viável. Reconhecida essa condição, é concedida a licença prévia, após o que o empreendedor dará entrada, na Agência da CETESB do Município de Cubatão, precisamente no Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo– Graprohab, no pedido de concessão da licença de instalação. Vencida essa etapa, acrescentou, se concluirrá a análise do EIA/RIMA e a elaboração do respectivo parecer, cuja súmula será encaminhada ao CONSEMA, ensejando a possibilidade de o Plenário avocar ou não para si sua análise. Em caso positivo, observou, esse documento será analisado pelos membros do Colegiado, os quais corroborarão ou não a indicação que a CETESB oferecerá ou sobre a viabilidade ou sobre viabilidade do empreendimento. Enfatizou que, se aprovada tal avocação e reconhecida a viabilidade ambiental do empreendimento, o CONSEMA concederá a licença prévia e encaminhará o processo para o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB, para que seja dada continuação ao licenciamento. Lembrou que as críticas, sugestões e posicionamentos apresentados durante a audiência serão igualmente analisados pelos técnicos da CETESB, e que, no caso de aceitos, serão incorporados ao parecer. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. **Helena Maria de Campos Magozo**, representante da City de Desenvolvimento e Companhia Fazenda Acarú, apresentou breve histórico da empresa, a razão de ser do projeto e as perspectiva de seu desenvolvimento. **Teo Balieiro**, coordenador da equipe vinculada à GAIA Consultoria e Gestão Ambiental responsável pela elaboração dos estudos ambientais, discorreu sobre as análises feitas acerca dos meios físico, biótico e antrópico e, também, dos potenciais impactos ambientais e, consequentmente, sua possível prevenção, remediação e recuperação. Passou-se à etapa

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Paulo Roberto Veltice, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Bertioga, declarou que há algum tempo a entidade recebeu em sua sede a visita de profissional que fez uma explanação do projeto que deu lugar a um profícuo debate e à compreensão de que o projeto respeita o bem maior da humanidade, que é o meio ambiente, e que, ocupando da melhor forma possível os restantes 25% da área urbana disponível em Bertioga, trará importantes benefícios para sua população. Declarou que assim se posicionava na condição de Secretário-Executivo do Parque da Restinga de Bertioga e coordenador da equipe técnica que analisou detalhada e profundamente o projeto. Enfatizou, ao final de sua intervenção, que os projetos que ocuparão as áreas urbanas restantes possuem a mesma qualidade. Reuben Nagib Zaidan, diretor-presidente do jornal "Costa Norte Comunicação – Bertioga", parabenizou os idealizadores do projeto e enfatizou a importância desse suporte para Bertioga em face do processo de desenvolvimento pelo qual o Litoral Norte – inclusive o Município – vem passando. Acrescentou serem astronômicos os números investidos na região – meio bilhão de reais até 2016-17 – e o fato de eles apontarem para a necessidade de se construir, pelo menos, um prédio em Bertioga. Enfatizou a importância dos passos que daqui a três anos terão sido percorridos pelo processo de desenvolvimento da região, entre outros: o inicio tanto da expansão portuária protagonizada pela Saipem – a base *offshore* da Petrobrás em Guarujá – como da implantação do Porto de São Sebastião, da Brasil Terminal Portuário–BTP e da Empresa Brasileira de Terminais Portuários–Embraport; a inauguração de mais um porto e o início tanto da expansão do Porto de São Sebastião como da construção de novo acesso à Rodovia dos Tamoios. Chamou atenção para a necessidade de Bertioga se inserir obrigatoriamente nessa dinâmica, e qualificou como "fantástico" e "maravilhoso" o projeto, que, a seu ver, atende aos anseios da população. Depois de prognosticar que os órgãos ambientais fornecessem as licenças necessárias no seu devido tempo – qual seja, nas etapas prévia, de instalação ou de funcionamento e de operação –, lembrou que o projeto contempla também a construção de habitações populares, para as quais se designou a área lindeira à Rodovia Mogi-Bertioga. Observou que, no entanto, essa medida seria mais efetiva caso se tivesse destinado, em vez desta área, a que se localiza do lado oposto. Ao final observou que, a depender do seu empenho, esse projeto será implantado em Bertioga. Caio Mateus, Presidente do PSDB local, destacou a importância da participação popular nessa audiência pública de relevância para o Município de Bertioga e da qual participava tanto na condição de presidente do PSDB, como de munícipe. Ponderou que, dada a importância dessa discussão, posto que as questões discutidas eram extremamente úteis, faria colocações que, a seus olhos, parecem necessárias para o balizamento da tomada de decisão sobre a viabilidade ou inviabilidade ambiental desse empreendimento. Chamou atenção para o fato que, para implantação de empreendimentos que efetivamente venham a promover seu desenvolvimento social, o Município dispõe apenas de metade do percentual destinado à ocupação urbana, que é 6%, pois a outra metade, observou, já se encontra ocupada. Acrescentou que, embora se posicionasse nesse evento como cidadão e construtor, era contrário ao processo de verticalização excessiva. Entendia que não se podia perder de vista a essência de Bertioga, que é uma cidade com importantes características naturais, boa para se viver e ótima para se investir. Enfatizou ser perfeitamente possível um equilíbrio entre o desenvolvimento social, urbanístico e econômico e a preservação da natureza. A seus olhos – acrescentou – necessariamente o desenvolvimento dessas condições não conduz a um conflito entre si, mas pode harmonizar-se. É preciso, argumentou, participar da discussão a partir de cada uma das perspectivas, e não apenas de um binômio com base numa contradição. Acrescentou que a Bertioga, que depende do turismo e, consequentemente, da

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

construção civil, chegam inúmeras pessoas que necessitam de emprego, motivo por que projetos como esse são bem-vindos. Declarou que conhecia com profundidade o projeto – inclusive os impactos positivos e negativos –, pois ao exercer a vereança, o examinou nos mínimos detalhes, inclusive o cumprimento das normas estabelecidas pelas legislações federal, estadual e municipal. Acrescentou que tem certeza de que esse projeto promoverá impacto extremamente positivo na cidade, e que mais prejudicial para ela são as invasões das áreas de preservação permanente que há anos vêm acontecendo. Enfatizou que, como munícipe e construtor, tem certeza de que o projeto agregará muito valor ao Município, por que, além de contemplar a preservação ambiental, alavancará as atividades turísticas, gerando mais emprego. Finalizou esclarecendo ter verificado no projeto a existência de uma área destinada à alocação dos funcionários, que era mais um motivo para aplaudir-se seus idealizadores. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Denis Krueger narrou ter vivido durante trinta anos em São Paulo, em um loteamento da City Butantã – onde enfrentou sérios problemas com as enchentes –, e que, depois, fixou residência em Bertioga onde mora há vinte e cinco anos e onde não pretende enfrentar esses problemas. Parabenizou os responsáveis pela qualidade do trabalho, e ponderou fosse dada atenção muito particular à drenagem, porque só agora, em 2013, a Prefeitura de Bertioga demonstra alguma preocupação com relação a essa importante infraestrutura da cidade. Roberto Blayer declarou que morava em Boracéia, exatamente nos limites entre Bertioga e São Sebastião, e que se sentia feliz por ter contribuído, como consultor da Gaia Consultoria Ambiental, com o desenvolvimento do projeto. Lembrou que, pela primeira vez – embora com 65 anos –, na condição de engenheiro com mestrado em ciências ambientais, participou de um trabalho no qual não foi nem um pouco cerceado, embora a implantação do projeto implique 540 possibilidades de ocorrência de impactos e, necessariamente a busca de estratégias para evitá-los ou mitigá-los, entre outras a implementação de aproximadamente trinta e poucos programas de compensação ambiental. Pontuou que apresenta, portanto, esse projeto com muita alegria, tanto como profissional e como morador. Chamou atenção para a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico recém-editado pelo Governador do Estado, que abre a possibilidade de se vislumbrar o planejamento do Município de Bertioga, onde 88,1% do território, como já informado, é constituído por áreas protegidas, razão de ser, portanto, tanto da pequena extensão da área destinada à ocupação urbana como da boa qualidade de vida que oferece a todos os seus habitantes. Enfatizou que a cidade de Bertioga é atraente nos seus recursos naturais, na hospitalidade e nos recursos públicos que oferece a seus habitantes, que, de alguma maneira, condições estas que favorecem a melhoria da qualidade de vida, embora seja preciso melhorá-la muito mais. Isso se evidencia – comentou – no fato de os fatores socioeconômicos colocarem Bertioga em um nível que requer não só a geração de maior quantidade de emprego e oportunidade de renda, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade desses empregos e do rendimento médio, como também a criação de uma identidade cultural que torne todos orgulhosos de viver e de usufruir a vida em Bertioga. Informou que, pelo fato de ter examinado as recomendações da equipe multidisciplinar da Gaia Consultoria Ambiental e da Companhia City e, sobretudo, dos diversos segmentos da comunidade – o que é motivo de orgulho –, esse projeto é ambientalmente sustentável. Acrescentou que, com essa audiência pública, em cujo desenrolar se ouviu e se ouvirão manifestações dos diferentes segmentos da sociedade – das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, dos órgãos públicos e daqueles que falam em nome próprio, os cidadãos –, se formará uma ideia da interação que se dará entre esse empreendimento e a cidade. O arquiteto e ex-vereador Ney Lira deu parabéns a Bertioga por ter sido escolhida para implantação desse projeto de qualidade

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

surpreendente. Alertou os empreendedores para a necessidade de que a mão de obra a ser contratada faça sua qualificação no próprio local do trabalho, e não em instituições, e isso porque muitos profissionais enfrentam dificuldades – até mesmo financeira – para se deslocarem das instituições onde fazem o treinamento – como o SENAI, por exemplo – até o local de trabalho. Argumentou que o projeto é muito bom, possui sustentação técnica, estética e ambiental, motivo por que parabeniza o Município e solicita aos membros do CONSEMA que apoiem sua implantação e, igualmente, a de outros projetos com esse porte e envergadura. Referiu-se ao exíguo tamanho do território destinado à implantação da área urbana, pelo fato de a legislação municipal ser muito restritiva, além de exigir o pagamento de impostos altos como forma de compensar a supressão da vegetação. Sobre a legislação da mata atlântica que proíbe a implantação de lotes até 300 metros da orla da praia, argumentou que tal medida é restritiva na medida em que impede que se construa nesses trezentos metros, de ponta a ponta de Bertioga. Referiu que outro presente ofertado a Bertioga é a implantação de um parque com uma área muito extensa na qual igualmente não se poderá construir, tampouco em sua zona de amortecimento. Arrematou que o embargo da Riviera de São Lourenço fez surgir no Município um número considerável de desempregados, e, em consequência, provocou um aumento assustador dos índices de criminalidade. Pontuou que a mão de obra que chega ao Município com o intuito de encontrar trabalho e não encontram "começam a invadir, começam a assaltar". Referiu-se à audiência pública havida sobre segurança – uma audiência brilhante, que contou com a participação de um grande número de pessoas, especialmente comerciantes. Observou que comumente vê no dia a dia muitos profissionais da construção civil, cuja especialidade é misturar massa e cimento, concorrem com os funcionários que varrem a rua e catam o lixo, em decorrência da inexistência de trabalho por causa das proibições legais aludidas. Chamou atenção dos conselheiros e dos ambientalistas para que ajudem Bertioga a retomar seu fôlego, ou seja, a voltar a executar obras de longa duração que ajudem a diminuir o desemprego e, consequentemente, o desvio de função que ora ocorre. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Vereador Ivan Carvalho inicialmente se referiu à sua experiência ao chegar em Bertioga há 27 anos, movido por desafio semelhante ao que se enfrenta atualmente. Lembrou que, naquele tempo, se iniciavam as obras para construção da Riviera de São Lourenço, e enfatizou que, mais do que julgar o futuro de um empreendimento, mais do que apoiar a implantação de um empreendimento, é necessário acolher oportunidades para que a cidade de Bertioga tenha um futuro melhor e seus cidadãos possam escolher uma ocupação no pouco que resta da área urbana a ser ocupada – e que isso aconteça com empreendimentos de qualidade. Pontuou que os vereadores, como representantes da população, terão o desafio de formular um novo Plano Diretor, que é a oportunidade de traçar o que se pretende que a cidade seja. Referiu que muitas obras foram construídas sem nenhum planejamento, que muitos arruamentos foram feitos e, hoje, se paga o preço da ausência de qualidade do processo de urbanização. Entende que se tem de dar oportunidade a Bertioga, para que ela possa, realmente, ter sua Riviera de São Lourenço e outros empreendimentos. Pontuou que, a seus olhos, é este o caminho a ser percorrido. Vereador Pacífico Júnior reconheceu a importância de acompanhar esse processo, até mesmo em decorrência da dedicação daqueles que o fizeram andar. Comentou que alguns de seus autores foram até a faculdade de Bertioga conversar com os universitários, atitude esta que via como muito importante, por revelar, antes de mais nada, transparência e esclarecimento. Comentou também que se vivenciava um momento em que a palavra meio ambiente causava medo, assustava, enquanto, para ele, meio ambiente é o lugar onde vivem as árvores, o ser humano e o cidadão. Defender o verde – pontuou – não é suficiente, pois Bertioga, além de assim proceder, cumpria suas obrigações ambientais e,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

mesmo assim, necessitava de investimento na área ambiental. Pontuou que, talvez por não possuir poder aquisitivo que enaltecesse aqueles que nela moravam, a cidade não recebia visitas de grupos de ambientalistas nem de pessoas com destaque na sociedade. Por esses motivos – declarou – convocava e pedia àqueles que podem auxiliá-la que o fizessem, para que a cidade crescesse de maneira ordenada, não vingando a ocupação irregular que há muito tempo acontece no território. Deu um voto de confiança à mão de obra local e propôs fosse ela utilizada pelos responsáveis pela obra, pois se trata de profissionais sérios e competentes, formados por instituições sérias – como o SENAC e o SENAI –, motivo por que podiam defender o meio ambiente. Antes de tudo, observou, trata-se de profissionais que realizam, entre outras atividades, aquelas ligadas à área de segurança do trabalho. Ao concluir afirmou que aproveitar essa mão de obra, visitar aqueles locais que ninguém visita e cujos loteamentos ainda não se encontram regularizados – e onde, portanto, o esgoto ainda corre a céu aberto – são iniciativas importantes, pois lançam um olhar para as dimensões sociais e ambientais da cidade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. José Marcelo, Secretário de Planejamento Urbano, Habitação e Obras do Município de Bertioga, comentou que há dois anos esse projeto vem sendo exaustivamente discutido pelos técnicos da Prefeitura e pelo empreendedor, que, por sua vez, reivindicou ao órgão municipal que apresentasse as diretrizes para sua elaboração, o que foi feito. Com base nessas diretrizes, acrescentou, o EIA/RIMA foi elaborado e apresentado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Em seguida, informou, obtida a licença prévia do órgão ambiental do Estado, foi encaminhado o pré-plano urbanístico ao Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo– Graprohab, e, depois, voltou à Prefeitura para aprovação. Portanto, acrescentou, as empresas, os empreendedores e os projetistas procuraram o órgão municipal desde a etapa mais embrionária do projeto e sua discussão contou, também desde o início, com a discussão que envolveu o empreendedor e o corpo técnico da Prefeitura. Comentou que, pela oitiva de que foi alvo, esse projeto com certeza não continha erros, até mesmo por ter sido muito bem elaborado. Declarou que a Riviera de São Lourenço foi o último empreendimento aprovado pela Prefeitura e que parte considerável dele foi objeto de embargo, o que provocou, provoca e continuará provocando problemas sociais para o Município – isso porque empregados perderam emprego, investidores perderam investimentos, construtores não conseguiram iniciar ou terminar as obras, condições estas que nunca constituíram o foco de qualquer defesa. Observou que o Vereador Ney Lira falou com muita propriedade que os índices de criminalidade do Município têm crescido a partir do momento do embargo da Riviera – cujo porque não consegue identificar. Passou-se à etapa das réplicas. Ítalo, diretor da Gaia Consultoria Ambiental e Gestão Ambiental, agradeceu a presença de todos e parabenizou Marcos Terena, membro do Comitê Intertribal e representante dos povos indígenas na Organização das Nações Unidas – ONU, pelo Dia do Índio que seria comemorado no dia seguinte. Teceu elogios também à audiência pública, que, sem dúvida, gerou grande expectativa, e passou a tecer comentários sobre o projeto que vem sendo elaborado há dois anos, e sobre o zoneamento da Fazenda Acaraú, do qual participaram diversos profissionais – técnicos e pesquisadores de diversas instituições municipais, estaduais e federais. Referiu que, há uma semana, o Senado norte-americano colocou os trabalhos relacionados com a Fazenda Acaraú em uma biblioteca de Washington considerada a maior do Mundo. No que se refere ao projeto em discussão, esclareceu ser a drenagem uma preocupação desde o início dos trabalhos e que várias dezenas de sondagens foram feitas e detalhadamente analisados os dados sobre a dinâmica hidrológica dos últimos 100 anos – todos os picos, volumes hídricos, absorção pelo solo, enfim, aspectos de drenagem difusa capaz de preservar a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

vegetação da mata atlântica, sem acarretar danos ao entorno. Prontificou-se a oferecer quaisquer dados que vierem a ser solicitados e sugeriu fosse estudado o EIA/RIMA e procurada a equipe, no caso da sobrevivência de alguma dúvida suscitada durante a leitura. No tocante à qualificação da mão de obra, agradeceu a sugestão consistente formulada pelo Arquiteto Nei Lira, a qual será imediatamente acatada, e que o mesmo acontecerá com outras solicitações e observações formuladas durante esses três últimos anos pela comunidade, pelo representante do Ministério Público do Estado de São Paulo vinculado ao Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA, pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, pelo Departamento de Estradas de Rodagem –DER, enfim por todas instituições e pessoas que ainda alimentam alguma dúvida. Ainda no que diz respeito à habitação, observou que o empreendedor se encontra em tratativas com os órgãos municipais responsáveis pela implementação de políticas de habitação. Téo Balieiro, representante da Gaia Consultoria Ambiental, ofereceu os dados da empresa, precisamente seu endereço eletrônico – contato@gaiaconsultoria.com.br –, que pode ser consultado por qualquer membro da comunidade que precisar dirimir alguma dúvida, enviar sugestões e propostas e, até mesmo, complementações. O representante do CONSEMA Jefferson Rocha de Oliveira declarou que a cidade de Bertioga exerceu um papel histórico em sua vida, por ter sido nela que participou, pela primeira vez, de uma audiência pública, precisamente em 2010, quando foi designado para integrar a bancada ambientalista no CONSEMA. Lembrou que, naquela oportunidade, uma verdadeira praça de guerra fora montada para defender o Parque Estadual de Bertioga, e que ele quase apanhou naquela oportunidade, sem saber por quê. Enfatizou que o Litoral Norte tem de ser, no mínimo, uma referência, porque, contra o poder, não há salvação. Propôs que se deveria mudar um pouco o grau dos óculos para minorar os efeitos da miopia, porque, a seu ver, não sobrou pouco do território do Município para investir, pois verdadeiramente se tinha 97% do território destinados à urbanização, diferentemente do que ocorreu em Atalanta, uma cidade do Sul do país altamente devastada pelas araucárias, e que, mesmo assim, depois de trinta, quarenta anos, conseguiu reverter esse dano. Para os habitantes dessa cidade, comentou, efetivamente houve um dia em que possuía apenas 3% para investir. Chamou atenção, sobretudo, para a necessidade de se correr atrás, apresentar projeto e mobilizar a sociedade civil, pois pode ser que o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade não tenha avançado o necessário. Reiterou que o Município de Bertioga possui uma vantagem muito grande que só será efetivamente vista no futuro. Informou que na semana anterior assumira a Secretaria-Executiva da Federação Paulista das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e que estava empenhado em subsidiar o vereador para discutir o que pode ser feito, apresentar os casos de sucesso no mercado verde. Informou mais uma vez que a cidade de São José dos Campos estava enfrentando uma crise, pois a General Motor – GM demitiu funcionários e a Phillips havia fechado. Enfatizou que o modelo que poderia dar certo aqui se encontra fadado ao fracasso lá em cima. Por todas essas razões – observou – seria interessante mudar o ponto de vista, e seguir o exemplo da população de Atalanta. Téo Balieiro, representante da Gaia Consultoria e Gestão Ambiental, comentou que o modelo de fiação aérea é blindada, é torcida e não provoca descarga de energia nos animais e também as árvores que tiverem galhos não sofrem uma queda. Trata-se de um modelo diferente, que não precisa seguir linearmente uma direção e que não requer a supressão de vegetação. Ele pode percorrer o interior da mata e as árvores necessariamente não precisam ser retiradas, não precisam posicionar-se de forma retilínea, mas, sim, de maneira orgânica; tampouco se faz necessário transportar concreto. Trata-se de uma sugestão que, enfim, se pode analisar. No entanto, em um primeiro momento, por se encontrar em um lugar que o preocupa do ponto de vista da drenagem, o índice pluviométrico exige blindagem

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

total. Trata-se de uma caixa de concreto, blindada, que, em algumas situações, estará lidando com um viário. É preciso, por isso, se ter uma faixa para colocar a situação de blindagem e a iluminação – mas, antes de tudo, discutir esses aspectos. O conselheiro Jefferson Rocha de Oliveira informou ter sido instalada fiação aérea na Rua Oscar Freire, em São José dos Campos, e que os resultados foram bons, porque a rua ficou muito valorizada. Ao concluir profetizou que Deus perdoa sempre, os homens, raramente e a natureza. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios ou, ainda, serem protocoladas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br